

cado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106 (apêndice n.º 50), de 1 de Junho de 2006.

2 — De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, procedeu-se à entrevista pública e à apreciação do currículo da candidata, tendo resultado que a escolha recaiu na candidata Teresa de Jesus Reis Narciso, dado que a mesma reúne os requisitos legais de provimento e o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço acima referido, tendo em conta que:

Detém competência e aptidão para o exercício de funções de direcção e coordenação e controlo, demonstrou capacidade de liderança, espírito de iniciativa, capacidade de planeamento e organização;

Detém comprovada experiência profissional na elaboração, acompanhamento técnico, gestão de projectos de candidaturas e financiamentos comunitários e nacionais, bem como um conhecimento detalhado e actualizado dos referidos financiamentos;

Detém experiência no desenvolvimento de projectos na área da modernização administrativa e das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como conhecimento das competências das autarquias.

A candidata demonstrou possuir competência técnica para o exercício das funções inerentes ao respectivo cargo.

3 — Assim, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino a nomeação de Teresa de Jesus Reis Narciso, em comissão de serviço, pelo período de três anos e por urgente conveniência de serviço, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, da Câmara Municipal de Portalegre.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Nota curricular

Nome — Teresa de Jesus Reis Narciso.

Data de nascimento — 14 de Dezembro de 1970.

Habilitações académicas — licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro, em 23 de Setembro de 1994.

Habilitações profissionais — Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Percurso profissional:

Em 20 de Novembro de 1996 — ingresso na Câmara Municipal de Portalegre como técnica superior estagiária, na carreira de planeamento, com contrato administrativo de provimento pelo período de um ano;

Em 28 de Maio de 1998 — ingresso no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre na categoria de técnica superior de 2.ª classe;

Em 4 de Maio de 2000 — promovida à categoria de técnica superior de 1.ª classe;

Em 21 de Outubro de 2003 — promovida à categoria de técnica superior principal;

De Novembro de 1996 a Dezembro de 2001 — integrada no Departamento de Serviços Técnicos e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Portalegre, procedendo à elaboração das candidaturas do município aos fundos comunitários e nacionais, acompanhando a marcha dos processos de elaboração dos PMOT, procedendo à elaboração de processos de concurso para empreitadas e fornecimentos, sendo membro da comissão permanente de abertura de propostas dos concursos de empreitadas de obras públicas, procedendo à análise de propostas referentes a fornecimentos e prestações de serviços e efectuando o acompanhamento financeiro das prestações de serviços relativas às fiscalizações de empreitadas de obras públicas e elaborando regulamentos municipais;

De Janeiro de 2002 a Junho de 2006 — responsável pela coordenação e gestão do Gabinete de Promoção do Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Portalegre, procedendo à elaboração, acompanhamento técnico e gestão física e financeira dos projectos de candidaturas aos fundos comunitários e nacionais, promovendo reuniões de acompanhamento físico das obras financiadas com os respectivos fiscais, elaborando documentos estratégicos de enquadramento e suporte às acções a implementar pela autarquia, apoiando tecnicamente os diversos serviços tendo em vista o enquadramento dos respectivos projectos nas várias fontes de financiamento disponíveis. Destacam-se, pela sua complexidade

em termos de gestão, os seguintes projectos de candidatura: ‘Programa Polis — Acompanhamento da execução das diversas acções do contrato-programa’; ‘Construção do centro de artes do espectáculo’; recuperação e reabilitação da Fábrica Real e Colégio de São Sebastião (para instalação dos serviços municipais e municipalizados); ‘Casa do munícipe’ (primeiro espaço de atendimento centralizado ao munícipe da Câmara de Portalegre); ‘PORTALegre — Entre por @qui’ (projecto na área do *e-government*) e ‘Fibra óptica e telefonia IP — Um salto em banda larga’ (projecto na área das infra-estruturas de comunicações de voz e dados);

Desde 19 de Junho de 2006 — responsável pelos serviços de candidaturas, atendimento ao munícipe, informática e apoio administrativo da Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização da Câmara Municipal de Portalegre.»

26 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Biscaíno*.
3000216934

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Aviso

Licenciamento de operação de loteamento

José António da Silva Brum, vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, aplicável por força do artigo 152.º do mesmo diploma legal (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, é aberto um período de discussão pública sobre a 2.ª alteração à operação de loteamento urbano que o munícipe Luís Manuel Teixeira Furna pretende levar a efeito nos Foros, Estrada da Lagoa do Fogo, freguesia de Conceição, do concelho de Ribeira Grande, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

O respectivo projecto estará exposto na Divisão de Obras e Urbanismo desta autarquia.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias, com início a contar da data da publicação deste aviso, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços onde se encontrará exposto.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, sendo as mesmas dirigidas ao presidente da Câmara Municipal.

19 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *José António Silva Brum*.
1000306357

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso

Nomeação — Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de turismo de 1.ª classe

Torna-se público que, por meu despacho de 13 de Setembro de 2006, nomeei para o lugar de técnico superior de turismo de 1.ª classe John Nelson Costa, único candidato classificado no concurso em epígrafe, conforme consta da lista de classificação final, notificada ao interessado em 11 de Setembro de 2006, devendo o nomeado aceitar o novo lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

14 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*.
1000306395

Aviso

Nomeação — Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de chefe da Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

Torna-se público que, por meu despacho de 27 de Setembro de 2006, nomeei para o lugar de chefe da Secção de Apoio Administrativo da Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos Maria Isabel Soares

Campos Sousa, única candidata classificada no concurso em epígrafe, conforme consta da lista de classificação final, notificada nesta data à interessada, devendo a nomeada aceitar o novo lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*.
1000306393

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Edital n.º 36/2006

Período de discussão pública

António José Lima Costa, presidente da Câmara Municipal de São João da Pesqueira, torna público o pedido de operação de loteamento urbano com obras de urbanização em área abrangida por plano director municipal, em nome de Luís Maria Saraiva, a levar a efeito no lugar da Covadinha, freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de São João da Pesqueira.

A Câmara Municipal de São João da Pesqueira procede à abertura de um período de discussão pública da operação de loteamento urbano com obras de urbanização em área abrangida por plano director municipal, conforme previsto nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Mais se informa que o período de discussão pública da operação de loteamento urbano com obras de urbanização em área abrangida por plano director municipal é de 15 dias, com início 8 dias após a publicação do presente edital no *Diário da República*, podendo os interessados consultar o respectivo processo na Divisão de Obras e Serviços Urbanos da Câmara Municipal, sito na Avenida do Marquês de Soveral, 18, São João da Pesqueira.

As reclamações, observações ou sugestões deverão ser apresentadas por escrito até ao final do mencionado período.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

E eu, *Domingos Coutinho Pereira Maduro*, chefe da Divisão de Obras Particulares e Serviços Urbanos, o subscrevi.

28 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Lima Costa*.
1000306402

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Aviso n.º 13/2006

Em cumprimento do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Setembro de 2006, ao abrigo de competência própria, foi nomeado, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com precedência de concurso e por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, Manuel Aveilino Figueira Soares para o cargo de chefe de divisão de Urbanismo e Saneamento Básico, nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º acima citado.

Nota curricular

Curriculum académico — licenciado em Engenharia Civil pela Universidade do Minho, no ano de 1998.

Curriculum profissional:

Frequência de várias acções de formação nas áreas de urbanismo, saneamento básico e segurança e gestão viária urbana e segurança contra incêndios;

Ingresso no quadro privativo da Câmara Municipal de São Vicente, na carreira de técnico superior, licenciatura em Engenharia Civil, em 14 de Julho de 2001.

O nomeado deverá assinar o respectivo termo de aceitação no prazo legal de 20 dias contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, o presente processo está isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Humberto de Sousa Vasconcelos*.
1000306361

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso

Nomeação em regime de substituição

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 5 de Maio, foi nomeada, em regime de substituição, para o lugar de directora do Departamento de Obras Municipais, Equipamentos e Ambiente, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a engenheira Carla Maria Pinho de Magalhães Taveira, técnica superior principal, com início em 8 de Maio do corrente ano.

22 de Setembro de 2006. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel Santos Baracho*.
1000306381

Aviso

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 15 de Setembro de 2006, se procedeu à nomeação do candidato Jorge Luís Pires de Sousa, aprovado no concurso interno de ingresso para uma vaga de encarregado de parques desportivos, do grupo de pessoal auxiliar, cuja lista de classificação final, de 5 de Setembro de 2006, foi afixada nessa mesma data.

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o candidato tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação após a publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Setembro de 2006. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel Santos Baracho*.
1000306403

Aviso

Concurso para técnico especialista

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 9 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para uma vaga de técnico especialista (bacharelato em Engenharia Civil), da carreira de engenheiro técnico, pertencente ao quadro de pessoal desta autarquia.

1 — O concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

2 — O concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, e 409/91, de 17 de Outubro, e demais legislação aplicável.

3 — O local de trabalho situa-se na área do concelho de Tavira.

4 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

Gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Especiais — os constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 30 de Dezembro, bem como bacharelato em Engenharia Civil.

5 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Tavira, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal, sita no Edifício André Pilarte, na Rua de D. Marcelino Franco, 2, 1.º, dentro das horas normais de expediente, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Tavira, Praça da República, 8800-951 Tavira, expedido até ao termo do prazo fixado no presente aviso, e do qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, número, data de emissão e validade do bilhete de identidade, bem como a entidade que o emitiu, número fiscal de contribuinte, situação militar, quando for caso disso, e residência);

b) Habilitações literárias;

c) Menção do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;

d) Especificação de quaisquer outros elementos susceptíveis de influírem na apreciação de mérito ou de constituírem motivo de preferência.